

Fidalgo, Joaquim (2004) *Em Nome do Leitor – As colunas do provedor do ‘Público’*, Coimbra: MinervaCoimbra.

Sara Moutinho*

Num momento em que, no panorama mediático, se assiste a uma sucessão de casos em que a ética e a deontologia são postas em causa, e em que a conjuntura social e política traz de novo à luz do dia o debate sobre os benefícios e as desvantagens da auto-regulação dos *media*, é de saudar a iniciativa de editar, em livro, uma selecção dos escritos semanais de Joaquim Fidalgo enquanto Provedor do Leitor do jornal *Público*, cargo que ocupou entre Outubro de 1999 e Setembro de 2001.

O exercício consciente do jornalismo pressupõe, inevitavelmente, um esforço constante de reflexão por parte dos profissionais, tanto ao nível individual, como no âmbito das próprias rotinas de produção noticiosa de uma redacção. No entanto, esta reflexão não pode ficar refém de si própria, prisioneira da convergência entre o ponto de origem e o ponto de destino (o jornalista), como se a prática jornalística se encontrasse encerrada numa redoma de vidro, incontaminada (e incontaminável) por outros dos elementos que compõem o processo comunicativo: o leitor.

Cabe ao Provedor a tarefa (que se adivinha por vezes árdua!) de estabelecer uma ponte entre o leitor e o jornal, entre aquilo que são as legítimas expectativas de uns e as condicionantes de ordem pragmática de outros. O eterno debate entre o “ser” e o “dever ser” é, neste caso, mediado pela figura do Provedor do Leitor, cargo ainda inexistente na esmagadora maioria dos órgãos de comunicação social em Portugal.

Esta obra oferece a oportunidade de leitura de uma selecção de alguns dos textos publicados na coluna do Provedor do Leitor, durante o período em que Joaquim Fidalgo assumiu este papel num dos jornais considerados “de referência” em Portugal. Ao invés de serem apresentados por ordem cronológica de publicação, os artigos encontram-se agrupados de acordo com a sua temática, o que facilita a leitura e contribui para uma maior coerência do seu conteúdo.

O autor, actualmente docente de Jornalismo no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, começa por abordar a questão da clareza e da transparência no exercício do jornalismo: a “verdade” e os “factos”, as relações entre jornalistas e fontes (sobretudo no que diz respeito ao tratamento noticioso de assuntos ligados à actualidade política), a confusão entre informação e opinião e os perigos decorrentes de subtis formas de manipulação, entre outros, são alguns dos temas que figuram num primeiro capítulo.

* Ex-jornalista da Agência Lusa e Doutoranda em Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho, no âmbito de um projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (smoutinho@ics.uminho.pt).

A relação entre o leitor e o jornal, assentando (não só, mas também) na credibilidade, é, simultaneamente, frágil e forte – frágil, porque esta credibilidade, tal como a honra ou a reputação pessoal, demora muito tempo a ser construída, mas apenas um momento a ser destruída; forte, porque, não poucas vezes, o leitor entende o jornal como seu, exigindo-lhe a manutenção da qualidade e chamando-o “à pedra” quando se verificam falhas jornalísticas ou “pecadilhos” do foro ético ou deontológico.

Naturalmente, cada caso é um caso e “os jornais não são todos iguais” (p. 43), como nota o autor no início do segundo capítulo da obra. “Os leitores de um jornal habituam-se a contar com uma determinada linha editorial, com um projecto informativo específico que não se confunde com outros” (*idem*), e quando a expectativa é defraudada, os leitores reclamam, num saudável exercício de cidadania que acaba por beneficiar o órgão de comunicação, forçando-o a melhorar a sua qualidade. Casos em que os leitores se interrogam sobre os critérios de escolha de determinados títulos ou imagens ou em que, pura e simplesmente, contestam decisões dos responsáveis editoriais da publicação, considerando que esta está a fugir do seu registo habitual, servem como ponto de partida para dar a conhecer um vislumbre daquilo que é o dia-a-dia de uma redacção.

As questões relacionadas com o rigor das informações publicadas, com o respeito pelos leitores, pelos protagonistas das notícias e pelas fontes e com a decência no tratamento noticioso de determinados assuntos ocupam o terceiro capítulo deste livro. Não deixa de ser curioso, quando nos recordamos que os textos têm já alguns anos de vida, verificar que algumas das situações analisadas mantêm uma permanente actualidade: seja o cumprimento do “princípio do contraditório” (pp. 89 e ss.), o esforço de não citar declarações fora do contexto em que foram produzidas ou a necessária ponderação antes de serem utilizadas imagens que possam ser chocantes para determinados leitores.

Os dois capítulos seguintes debruçam-se, respectivamente, sobre a responsabilidade assumida pelos órgãos de comunicação – que deriva também do poder e da influência que estes detêm – e sobre a credibilidade e a independência, de cuja manutenção depende a sobrevivência de qualquer projecto informativo de qualidade. Há aqui espaço para a discussão sobre aspectos de natureza muito diversa.

Temos, por um lado, a questão da credibilidade, quer do jornalista quer do próprio jornal, que se configura como uma autêntica pedra-de-toque no que respeita ao escrutínio público do jornalismo. “Dos jornalistas (...), espera-se um sentido profissional e um rigor deontológico que não os deixe prisioneiros de crenças ou filiações pessoais e lhes recorde permanentemente que são responsáveis perante o público para quem trabalham” (p. 139), defende Joaquim Fidalgo. E em relação ao jornal como um todo, ele “não pode garantir em absoluto que contará sempre a verdade; mas pode e deve assegurar que, em todas as circunstâncias, tentará buscá-la o mais empenhadamente possível, de boa fé, com honestidade e independência” (*idem*).

Mas, por outro lado, temos também interessantes considerações sobre aspectos que infelizmente muitas vezes são considerados “menores” quando se trata de avaliar um

jornal, desde a inclusão (ou exclusão) de determinados assuntos na agenda mediática até à própria utilização da língua portuguesa, pois “não pode escamotear-se o facto de que muitos leitores se queixam das incorrecções de escrita e sentem que elas afectam a sua confiança no jornal” (p. 114).

O último capítulo versa os desafios e os riscos que se colocam ao jornalismo, desde a preservação da autonomia até à concretização de medidas de auto-regulação, desde a crescente perigosidade da profissão em contextos de conflito até a uma eventual “crise do jornalismo”, desde o respeito pelo sigilo profissional do jornalista até às crescentes críticas de excesso de sensacionalismo nos órgãos de comunicação social.

A obra ajuda o leitor a inteirar-se das questões que se colocam ao exercício do jornalismo, dos dilemas que a todo o momento surgem e dos critérios que fundamentam as decisões tomadas. Partindo de casos concretos como mote para uma reflexão mais alargada, os textos da coluna do Provedor do Leitor do *Público* aqui compilados compõem-se de um inegável interesse e ultrapassam em muito a mera preservação da memória do jornal.